

Relato de Experiência

Crise socioclimática, ação extensionista “Santa Maria em rede” e coletivos de trabalho solidário: dois pontos de vista vistos a partir de um ponto

Socioclimatics crisis, the “Santa Maria in network” extension project and solidary work collectives: two points of view seen from one point

Crisis socioclimática, el proyecto de extensión “Santa Maria en red” y los colectivos de trabajo solidario: dos puntos de vista vistos desde un mismo punto

Marcio Dias da Costa^{}, Dionas Pompeu^{}

¹Universidade Federal de Santa Maria, , Santa Maria, RS, Brasil

RESUMO

O objetivo deste texto é descrever o aspecto transformativo da experiência universitária extensionista com base no projeto *Crise socioclimática: Santa Maria em Rede*, o qual se desenvolveu a partir das chuvas devastadoras no Rio Grande do Sul. No primeiro momento apresentamos as origens e a proposta do nosso trabalho de extensão, bem como algumas constatações observadas da imersão em campo. Posteriormente, sublinhamos que na experiência extensionista com o *Santa Maria em Rede* tivemos a oportunidade de nos deixar afetar pelas dinâmicas do campo e dos coletivos de trabalho solidário, o que nos proporcionou a chance de refletir sobre as amarras necessárias entre a extensão e a pesquisa, fato que nos levou a mudar os temas dos nossos trabalhos finais de pós-graduação. Por fim, destacamos a necessidade de um novo sujeito extensionista, capaz de lidar com demandas emergenciais e em situações de vulnerabilidade, além promover mudanças sociais com base em uma abordagem crítica no tocante à prática extrativista da extensão verticalizada e da construção do conhecimento científico.

Palavras-chave: Crise socioclimática; Extensão; Vulnerabilidade social; Transformação; Solidariedade

ABSTRACT

The aim of this study is to describe the experience of developing a multimodal strategy for managing chronic low back pain, including exercise and health education for patients attending a physiotherapy

clinic in the municipality of Abaetetuba in the state of Pará. The project lasted 50 days and took place at the FISIOCLIN clinic. The patients were selected based on the diagnosis of chronic low back pain in the medical records and totaled 7 (seven) patients, 4 (four) men and 3 (three) women. Results: There were numerous reports of satisfaction with the suggested activities and the beneficial effect of the approach on the treatment of chronic pain. Conclusion: The study enabled us to realize the benefits of a multimodal intervention in low back pain for the patients and the experience of extension projects for physiotherapy students.

Keywords: Low back pain; Physiotherapy, Health education

RESUMÉN

El objetivo de este estudio es describir la experiencia de desarrollo de una estrategia multimodal para el manejo del dolor lumbar crónico, incluyendo ejercicio y educación sanitaria para pacientes que acuden a una clínica de fisioterapia en el municipio de Abaetetuba, en el estado de Pará. El proyecto duró 50 días y tuvo lugar en la clínica FISIOCLIN. Los pacientes fueron seleccionados a partir del diagnóstico de lumbalgia crónica en la historia clínica y totalizaron 7 (siete) pacientes, 4 (cuatro) hombres y 3 (tres) mujeres. Resultados: Hubo numerosos informes de satisfacción con las actividades sugeridas y el efecto beneficioso del enfoque en el tratamiento del dolor crónico. Conclusión: El estudio nos permitió darnos cuenta de los beneficios de una intervención multimodal en el dolor lumbar para los pacientes y de la experiencia de los proyectos de extensión para los estudiantes de fisioterapia.

Palabras clave: Lumbalgia; Fisioterapia, Educación para la salud

1 INTRODUÇÃO

29 de abril de 2024 ficou marcado na nossa história pelo primeiro alerta vermelho de volume elevado de chuva no estado e o dia posterior pelo registro das cinco vítimas fatais da catástrofe. Em Santa Maria, o 1º de Maio, dia dos/as trabalhadores/as, também foi sinalado pelos primeiros dois óbitos. A situação extrema convocou o “espírito” solidário e exigiu a mobilização em massa de diversos agentes sociais.

Individualmente, muitos de nós das Ciências Sociais da UFSM nos colocamos voluntariamente à disposição do outro e da sociedade a fim de tentar amenizar os efeitos causados pelas inundações e deslizamentos. Seja servindo nos abrigos, seja circulando com mercadorias, o que observamos foi um conjunto de informações desconstruídas acerca das demandas e ofertas dos espaços de acolhimento e solidariedade. Essa rede desestruturada de comunicação acabou sendo nosso

incômodo originário¹ que resultou na nossa organização enquanto corpo de cientistas sociais (em formação).

A intenção era mobilizar as ferramentas da nossa área a fim de contribuir com a comunidade. E assim fizemos: munidos de questionários e de uma escuta atenta, operamos uma imersão à campo visando compreender melhor os dilemas e as necessidades dos locais. O que nenhum de nós imaginou era a proporção que o trabalho tomaria, sobretudo os que escrevem esse texto.

Aquilo que começou como uma ação emergencial, com possibilidade de um momento para terminar, acabou se transformando no maior interesse de pesquisa de dois jovens universitários. Tal desejo se explica por questões estruturais do momento, porém não sem uma reflexão subjetiva dos implicados. O envolvimento horizontalizado e democrático com os coletivos na construção das práticas extensionistas gerou mudanças tanto na comunidade quanto em nós mesmos.

Nossa pretensão nesse relato é trazer algumas questões acerca do projeto de extensão bem como os impactos que ele gerou. Essas repercussões podem se dar na transformação universitária, transformação social e transformação de si. Sendo assim, gostaríamos de poder compartilhar alguns elementos que consideramos fundamentais no que se refere à nossa experiência e às mudanças que vivenciamos.

2 PROJETO DE EXTENSÃO

Desde os graves acontecimentos decorrentes das chuvas em Santa Maria — dentro de uma catástrofe mais ampla no Rio Grande do Sul (maior catástrofe causada por chuvas no Brasil nos últimos 10 anos em número de atingidos, conforme levantamento do Sistema Integrado de Informações sobre Desastre (S2iD) –, estudantes e professoras/es dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) tem buscado contribuir com a compreensão sociológica desses fenômenos, pensar ações de auxílio e formas de prevenção.

¹ Apesar de no primeiro momento, compreendido entre 30 de abril até 8 de maio, não estarmos integrados, quando nos reunimos observamos que as nossas experiências individuais, na verdade, eram coletivas.

Em um primeiro momento, muitos de nós adotaram uma postura individual no que se refere à prática voluntária, ou seja, a ida pessoal e espontânea para algum local de acolhimento. A partir dessas experiências, onde algumas inquietações surgiram, como, fundamentalmente, os problemas estruturais na forma de circulação das informações sobre demandas e locais de arrecadação e distribuição do voluntariado, entendemos que era necessário nos articular enquanto cientistas sociais para promover um retorno à sociedade santamariense. De modo geral, a ideia era mobilizar um conjunto de ferramentas e teorias que dispomos em nossa área com vistas a organizar informações.

Assim, no dia 8 de maio nos reunimos e a partir de então nos organizamos em dois grupos: um dedicado ao levantamento da situação acadêmica na UFSM; e outro responsável pelas visitas às regiões atingidas, conversas e aplicação de questionários a fim de sistematizar as informações dos coletivos e espaços de assistência e trabalho solidário. Desta forma surge a ação de extensão “Crise Socioclimática: Santa Maria em rede”: dos inconformismos com as situações de vulnerabilidade social em emergências, a ação de extensão “Crise Socioclimática: Santa Maria em rede”.

Com o grupo de trabalho² montado, o que precisávamos então era organizar nossos próximos passos de forma metódica. A primeira coisa era decidir *como* obter as informações que pretendíamos e a segunda era *como* organizar os dados. Depois de uma longa reunião do nosso GT, resolvemos realizar uma imersão a campo com a utilização de questionários e uma escuta atenta, para depois esquematizar as respostas e nossas observações com base nas questões do documento de pesquisa.

Feita tal decisão, nos restava decidir acerca dos locais que iríamos visitar. Para isso, nos apoiamos em dois materiais que estavam circulando, a saber, o mapa dos pontos de coleta e distribuição feito por uma aluna da geografia e uma tabela de centros voluntários. Mesclamos os dados encontrados nesses instrumentos e os qualificamos por categorias espaciais, isto é, por regiões.

² Antes de nos chamarmos *Crise socioclimática: Santa Maria em rede* adotamos um nome provisório de Grupo de Trabalho Demandas Emergenciais.

Com esse panorama foi possível estabelecer itinerários de deslocamentos visando abarcar os diversos territórios da cidade. Destacamos que nessa altura a locomoção já havia sido tentada através de uma conversa com o ex-presidente da Seção Sindical dos Docentes da UFSM (SEDUFSM) em uma ação solidária – marcha artística – realizada no dia 09/05/2024. Ascísio Pereira demonstrou interesse nas nossas intenções e solicitou que produzíssemos um documento formal requisitando veículos e os porquês da necessidade.

Com todos os encaminhamentos feitos – organização do nosso trabalho e solicitação de locomoção, demos início a nossa primeira imersão na terça-feira do dia 14/05 e a “concluímos” na quinta-feira (16/05). Nessa empreitada tivemos a oportunidade de visitar 27 locais, onde abarcamos empresas privadas, instituições religiosas, ONGs, prédios públicos, associações comunitárias, projetos sociais e cozinhas solidárias. Como resultado, constatamos que a ideia de organizar todas as informações sobre as demandas desses lugares se tornaria inviável para o momento que chamamos de *tempo da emergência*.

No *tempo da emergência*, como o próprio nome já diz, o que contava, principalmente, era a rapidez com que ajuda se deslocava. Mesmo assim, ainda entendemos que era possível realizar contribuições. Nesse sentido deslocamos nosso foco principal das urgências para pensar na permanência das necessidades.

Com os dados em mãos e em trabalho de sistematização, dividimos os locais de acolhimento entre os permanentes e os emergenciais. Com base nisso, nossa preocupação foi se voltando aos coletivos que prestam trabalhos solidários contínuos, seja em contexto de chuva ou não. Nessa perspectiva, nos propomos a construir uma espécie de *catálogo solidário* de Santa Maria.

Essa sondagem inicial proporcionou um material informativo e descritivo relevante, o qual propiciou a produção do instrumento para organizar e centralizar estes dados, tendo por premissa a publicização para a população de Santa Maria e região. Optamos pela utilização de um site, o <https://santamariaemrede.org/>, para ser o

suporte do nosso catálogo para a cidade, assim como o impulsionamento da circulação do material através do nosso Instagram, @santamaria_emrede. Ademais, acabamos nos tornando também uma rede de mediação entre populações que agem de forma coletiva nas regiões e parceiros que podem colaborar com o necessário para cada caso.

Findado o *tempo da emergência*, constatamos um saldo positivo no tocante à experiência empírica, ao fazer extensionista e ao nosso instrumento centralizador. O momento que se seguia se definia pela retomada da vida cotidiana, onde locais que prestaram auxílio num primeiro momento já se encontravam atuando em sua normalidade, como foi o caso de diversas empresas atuantes no comércio local. Contudo, para nós, um novo momento se abria.

No dia 06 de junho nos ocorreram dois fatos fundamentais para nossa continuidade. O primeiro foi o encontro com um personagem relevante do trabalho comunitário, o qual nos forneceu uma lista extensa de cozinha solidárias e comunitárias que eles conheciam. O segundo ponto diz respeito à nossa formalização enquanto projeto de extensão.

Apoiados pelo projeto *Ações formativas e Ciências Sociais: comunidade, universidade e espaços educacionais*, coordenado pela professora Dr^a Laura Senna Ferreira, nos vinculamos ao “Programa Universidade Solidária e cidadã” (UFSM), pela qual, através da Instrução Normativa Nº 002/PRE/UFSM/2024, conseguimos suporte para viabilizar nossas próximas ações. Nesse momento, que já tínhamos o nome que mantemos até hoje, é que nos formalizamos enquanto projeto de extensão. A atenção fica para o fato da construção inversa: em regime emergencial construímos junto da comunidade e dos territórios o próprio projeto de extensão que aqui nos referimos.

Acerca da lista de cozinhas solidárias que recebemos, destacamos que o que nos chamou mais a atenção era a quantidade de coletivos solidários existentes. Em nossas observações, já havíamos entendido que as cozinhas solidárias são espaços que vão além da questão alimentar, abarcando também questões de higiene, vestimentas, limpeza e móveis (Bello; de Oliveira; Mascarello, 2023). Nesse sentido,

compreendemos que se focássemos nas cozinhas poderíamos ter uma noção mais ampla acerca do trabalho solidária na cidade.

Para não nos alongarmos nesse tópico, destacamos minimamente a base que veio a consolidar o nosso trabalho. Por questão de espaço, sublinho que o breve histórico foi feito de forma selecionada, deixando de fora, infelizmente, eventos significativos que participamos, como, por exemplo, na atualização do Plano de Contingência da cidade. Dito isso, já é possível descrever algumas constatações que nos deparamos em nosso percurso.

Com base em nosso trabalho e dando ênfase às cozinhas, observou-se que elas se localizam em regiões periféricas da cidade. Para as populações desses territórios, esses locais funcionam como espaços de convergência social. As pessoas que afluem para esses espaços, assim como as próprias organizadoras das cozinhas solidárias, são em sua maioria sujeitos imersos nos mais diversos estados de vulnerabilidade (Gonzalez, 1979).

Entendemos que isso dá um caráter político e territorial (Souza, 2015) a essas organizações: um engendramento de um espaço físico e social com uma grande potência de fazer confluir para si demandas comunitárias e sociais. É fato observável que diversos indivíduos e famílias procuram nesses espaços ajudas para o enfrentamento das dificuldades cotidianas (Souza, 2015) e não “apenas” para fugir da fome. Destacamos que a fome é central no trabalho dessas cozinhas, porém esse problema social vem sempre atravessado de outras mazelas sociais que historicamente afetam esses territórios.

Isso impacta as ações de combate à fome desses coletivos, os quais moldam objetivos e aliam essa luta às ações educativas, culturais, de cuidado, de assistência social, recepção e distribuição de doações, cestas básicas, roupas e inclusive geração de renda, o que torna o caráter dessas práticas um suporte permanente a comunidade. As cozinhas, assim, assumem uma natureza de prática política relacionada às necessidades locais e parecem, nessa observação, já terem adquirido legitimidade como locais de acolhimento e de representação perante seus territórios. Nesse sentido,

diferentemente do que se propagada acerca dos *heróis anônimos*, essas lideranças possuem nome e endereço, além de serem conhecidas nas suas regiões

Outro fato observado é que as cozinhas com maior ligação com cooperativas, movimentos sociais e associações têm mais facilidade para exercer esse papel representativo e acionar redes de ajuda e sociabilidade, assim como maior *possibilidade* de sustentação financeira para manter suas ações e seu caráter inventivo. Podemos inferir que o capital político dos parceiros dessas cozinhas dá maior suporte para as condições de trabalho das associações, ampliando seu alcance social. Sendo assim, consideramos que os fatos elencados fazem dessas cozinhas “laboratórios de formas solidárias de construir e reproduzir a vida” de forma coletiva e orientada pela redistribuição (Bello; de Oliveira; Mascarello, 2023).

O ambiente e o cotidiano dessas cozinhas mostram que cozinhar é um ato de cuidado com o outro com base na escolha dos alimentos, dos cardápios e na maneira como se prepara a comida: um carinho com a qualidade das refeições distribuídas e uma divisão horizontal das atividades. Diante dos problemas dos territórios e de laços comunitários tecidos em ações práticas cotidianas, essas ações e o espaço social são marcados pelo sentimento de urgência e trabalho árduo. Portanto, o alcance social dessas cozinhas parece depender muito tanto dos laços de sociabilidade estabelecidos quanto uma prática quase diária de resolução de conflitos que ajudam a aprimorar o funcionamento das ações e da estruturação enquanto coletivos.

Quanto ao espaço físico, essas cozinhas solidárias ocupam espaços privados, geralmente a própria casa de voluntárias, sejam elas próprias, alugadas ou emprestadas. Não encontramos nenhuma que estivesse em um espaço público. Isso define dificuldades e potencialidades das ações: atestamos que a improvisação do espaço, a utilização dos utensílios domésticos próprios e a falta de apoio material afetam o desempenho funcional do ato de cozinhar.

Essa constatação reforça o caráter criativo dessas cozinhas, que fazem com o que conseguem, acabando por relativizar formas de fazer ou de saberes técnicos que são

apropriados e reformulados conforme a dinâmica do território onde estão inseridas, sendo flexíveis com a realidade cotidiana e com as mais diversas situações contingenciais.

Realizadas tais considerações, gostaríamos de empreender um breve relato de algumas ações realizadas por nós enquanto Projeto de Extensão, mas também como voluntários. Reforçamos essa dualidade em razão dos nossos objetivos pelo *Santa Maria em rede* estarem bem definidos: publicizar os coletivos e mediar relações em rede³. Apesar dessa fronteira se diluir na prática, ainda consideramos fundamental apontá-la aqui.

Do ponto de vista das ações de mediação realizadas, abarcaremos primeiro as de abastecimento de demandas. De modo geral, contribuímos para a circulação de fraldas, roupas, móveis, alimentos⁴, fretes, embalagens de marmitas, lenhas, entre outros. De maneira específica, ou seja, nos abastecimentos de demandas para festas juninas, Dia das Crianças e Natal, sublinhamos as mediações para doação de alimentos, auxílio financeiro, entrega das doações e brinquedos.

O segundo eixo de mediações realizadas foi no âmbito jurídico. Em parceria com o Programa de Extensão Núcleo Interdisciplinar Jurídica Comunitária (NIJuC), coordenado pelo professor Dr. José Luiz Moura Filho, foi possível presenciarmos um movimento de assessoria jurídica para a regularização das cozinhas solidárias. Tal formalização, muitas vezes enfrentadas com dificuldades, se mostrou fundamental para a obtenção de recursos e auxílios oriundos da esfera pública.

No tocante às ações diretas voluntárias⁵, realizamos produção de cards de divulgação para os coletivos, cadastros em programas sociais, elaboração de ofícios, disponibilidade de transportes, doações e trabalho voluntário. Nesse, sublinhamos a participação na produção e distribuição de alimentos, organização e trabalho nas datas festivas e presença em reuniões com parceiros de cozinhas solidárias. O

³ A escolha por esses objetivos foi por uma preocupação ética. Imaginávamos que em algum momento de nossas visitas poderíamos ser demandados por necessidades que não teríamos como suprir. Para não deixar dúvidas nem expectativas, sempre procuramos demarcar as nossas limitações através dos nossos objetivos. Evidentemente algumas coisas fora das nossas propostas foram feitas, porém por meio de ações individuais de membros do nosso projeto. No fundo, a bem da verdade, consideramos que essa separação só pode ser feita no plano teórico. Na prática essa fronteira se dissolve com a nossa presença física, a qual acaba levando o projeto a toda ação voluntária ou doação que é feita por nós.

⁴ Em uma das mediações o resultado foi 100kg de alimentos oriundos de um campeonato solidário realizado pelo Complexo de Esportes e Lazer (CESLA).

⁵ Novamente reafirmamos que estas não necessariamente fazem parte dos objetivos do projeto de extensão em questão.

destaque fica não somente para o aprendizado dessas ações, mas principalmente por conhecer por dentro e de perto a estrutura, as motivações e os impactos sociais das atividades solidárias.

Baseado no que foi escrito, abriremos uma bifurcação com interesse em expor individualmente os elementos que nos impactaram a ponto de trocarmos o tema de nossas pesquisas na pós-graduação. Tomaremos a liberdade de nos nomear, visando facilitar a compreensão dos fatos elencados. Gostaríamos de, por fim, afunilar as duas experiências em um conjunto “homogêneo” de reflexões heterogêneas acerca do sujeito extensionista.

3 EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA E PESQUISA: DOIS PONTOS DE VISTAS VISTOS A PARTIR DE UM PONTO

Relato 1: Marcio Dias da Costa

A principal motivação para a alteração do meu tema de pesquisa foi a descoberta, durante o trabalho extensionista, da quantidade enorme de pequenas ações de cozinhas solidárias que foram feitas durante as chuvas em Santa Maria, e que muitas dessas ações, apesar de se conhecerem mutuamente, não tinham uma articulação definida e orientada para fins objetivos daquele momento. Inclusive as ações de coletivos mais institucionalizados, apesar de terem acesso a parcerias como secretarias, prefeitura, união e ONGS, enfrentam dificuldades para catalogar e identificar ações solidárias dessa natureza.

Primeiramente pensava em pesquisar sobre discursos empreendedores e se esses mobilizavam ações concretas quanto as formas de organização laboral e organização política. Parte central da proposta portanto era o trabalho revisar diferentes abordagens de ação coletiva, tema que agrada muito. Observando as ações durante as enchentes, as mobilizações, o voluntariado e as ações solidárias das mais variadas espécies, incluindo as cozinhas solidárias, percebi

na perspectiva acadêmica um campo profícuo para começar minha formação enquanto pesquisador e no papel de sujeito extensionista me sentindo integrado a comunidade, também sendo um agente de integração e interlocução dessa comunidade à universidade pública e gratuita.

Dessa forma reformulei minha pesquisa, assumindo a questão – o quanto necessitam os territórios dessas cozinhas dependentes para amenizar vulnerabilidades ou para não cair nelas? - Para tanto pretendo alcançar os seguintes objetivos. Primeiro identificar as estratégias de ação desses coletivos, depois, descobrir qual a situação atual dessas ações em termos de objetivos e de recursos. Através desse monitoramento tentar identificar o que mudou e como mudou na transição ao pós-crise, agora não em um contexto de crise, mas em um contexto de insegurança alimentar motivada por inúmeros fatores, somado ao contexto brasileiro de avanço da desigualdade e de um discurso popular empreendedor de si mesmo, que opera em uma lógica inimiga da solidariedade e das redes de ajuda que não visam lucro. Assim como identificar a dimensão qualitativa que essas ações têm na vida das pessoas que as procuram.

Se não assumirmos responsabilidades com os acontecimentos sociais, como podemos apenas descrevê-los? Sabendo que a teoria e o conhecimento científico produzido por nossas pesquisas pode ser usado para fins muitos, associar os fatos observados ao valor denominado aqui de responsabilidade humana me parece plausível se queremos enfrentar e agir, enquanto cientistas sociais, em um projeto de enfrentamento aos efeitos da desigualdade social que hierarquiza por classe (Losurdo, 2022), raça e gênero (Gonzalez, 1979) os que serão mais afetados pelos seus efeitos.

Relato 2: Dionas Ávila Pompeu

Lembro de separar roupas para doar como se fosse ontem. Na verdade, era dia 30 de abril, uma terça-feira eterna, onde de manhã havíamos tido aula na UFSM. Já no fim desse turno foi possível constatar que a chuva não era “comum”.

Cerca de 11hrs30min as luzes começaram a mostrar que não permaneceriam ligadas por muito tempo. Logo após o fato se consolidou. Saímos da aula e o que víamos era água por cima e por baixo.

Levei Marcio Dias até o restaurante universitário e quando me direcionei para o caminho da faixa nova por trás do prédio 74C, vi que a água havia subido e trancado o caminho. Antes, o vidro do carro ainda tinha caído, deixando a passagem aberta para alagar o veículo. Cerca de uma hora foi o suficiente para chegar em casa e ter notícias do que estava acontecendo.

A questão se tornou mais real quando um amigo me mandou mensagem dizendo que a casa de um conhecido nosso tinha inundado e que eles haviam perdido muitas coisas. Fui até o guarda-roupa e separei tudo que foi possível, até que passaram aqui para levar ao rapaz e sua família. A partir de então o que vimos foi, literalmente, tudo indo água abaixo.

Na quarta (01/05) e quinta-feira (02/05) eu fiquei voltado a repassar informações a uma instituição que vinha atuando com casos mais dramáticos de resgate. A partir de sexta-feira (03/05) já me vi envolto nas práticas de circulação das doações. Com um voluntário de um centro de umbanda eu passei a pegar materiais recolhidos em pontos de coleta para fazer chegar a um destino necessário.

Essas ações duraram até segunda-feira do dia 06/05. Com o fim, senti que era possível fazer mais. Nesse meio tempo trocava mensagens e impressões com a professora Jurema Brites, a qual também se sentia limitada nas suas ações solidárias.

Resolvemos convocar uma reunião das ciências sociais para colocar na mesa o que vínhamos trocando. Foi assim que chegamos à reunião do dia 08/05. Como havia proposto a reunião, acabei ficando de responsável pelo nosso grupo.

A responsabilidade acabou me levando a um compromisso que jamais havia experimentado. Por um lado, esse comprometimento me fez enxergar muitas coisas, entre elas, a importância fundamental da rede solidária produzida por territórios periféricos e em situação de vulnerabilidade. Por outro, me fez olhar com atenção para as pessoas que realizam o trabalho solidário.

Sublinho que a minha mãe, Gecelma da Silva Ávila, foi uma dessas pessoas que dispendiam parte de seu tempo, seu dinheiro e sua energia para contribuir minimamente com o outro. Foi a partir dela que conheci o grupo social dos voluntários, mas foi com base na extensão que me propus a compreendê-lo. Nos momentos em que eu via e/ou acompanhava a mãe nas suas atividades – algumas realizadas a partir da minúscula cozinha de onde morávamos –, ainda não conseguia entender de fato o impacto social dessas ações.

Lembro bem de dois Natais Solidários que ela organizou e realizou. Fomos em cima de uma caminhonete, onde ela, vestida de Papai Noel, distribuía os kits de balas que com tanto esforço confeccionou. Achava muito interessante, apesar de me incomodar com o fato de a mãe dar mais cuidado para os outros do que para ela.

Hoje já entendo melhor os seus motivos e sinto por não a ter apoiado muito mais. Trago essas informações em razão de conceber o meu expressivo vínculo com as cozinhas solidárias – ao ponto de trocar o tema da minha tese – em relação a um acertar de contas comigo mesmo e com minha história. Nas atividades do projeto de extensão pude constatar que a minha mãe fazia parte de um universo muito rico, no entanto pouco explorado.

A minha principal intenção aqui é demonstrar como o contexto social pode se misturar com as nossas histórias de vida, produzindo, muitas vezes sem a nossa consciência, o sujeito extensionista e pesquisador que vamos nos desenvolvendo. Essas questões não caem do céu, apesar de aparecerem seguidamente como coincidências, mas são um processo que engendra o social e o subjetivo, cabendo a nós avaliarmos reflexivamente a nossa posição no mundo nesse sentido. Enfim, poderia trazer outros elementos que influenciaram na minha mudança de pesquisa, contudo, me limito a mobilizar a dimensão familiar na figura de minha mãe, Gecelma.

4 DAS CONCLUSÕES FINAIS: O SUJEITO EXTENSIONISTA

Durante as enchentes de maio grande parte das pessoas que estavam liderando ações territorializadas trabalhavam como cozinheiras em restaurantes,

hotéis, franquias e Shoppings, outras no setor de limpeza ou zeladoria. Essas pessoas executavam as ações, ou se voluntariavam a elas, após seu horário de trabalho. Muitas também eram aposentadas e algumas desempregadas.

As cozinhas solidárias ficam em bairros ou vilas precarizadas. Conforme as observações feitas no projeto de extensão situamos as populações desses territórios como trabalhadores precarizados ou massa marginal em sua maioria. Ou digamos, que essas populações exemplificam a composição desses contingentes. Senão vejamos; nesses territórios observados impera uma mão de obra ocupada pelo capital industrial competitivo, muitos trabalhadores refugiados em atividades terciárias de baixa remuneração e muitos desempregados. Quanto ao afetamento dessas populações se observou uma situação de vulnerabilidade da maioria das cozinhas solidárias, seja durante o momento de crise, seja antes ou depois dele. Foi observado também que interesses políticos e econômicos da cidade também tornam a situação de vulnerabilidade maior, principalmente as que não têm ligações fortes com movimentos sociais mais estruturados ou operam e redes desarticuladas.

A maioria das cozinhas visitadas operam nas margens urbanas ou em “bolsões” de vulnerabilidade. Essas margens urbanas, etimologicamente já nos indicam, dentro dessa proposta de abordagem, o caráter marginal (Gonzalez, 1979) da ótica da construção ou criação das políticas urbanas nesses territórios. Nesses locais se encontra populações submetidas a políticas urbanas e sociais muitas vezes tecnicistas, racistas e segregadoras.

Em muitos relatos dos atores ou no próprio caráter de algumas ações se percebe um posicionamento insurgente, operando com o objetivo de realizar as ações e manter sua própria existência. Esse caráter de afronta a interesses políticos e econômicos parece mover-se em dois sentidos por fim convergentes e coerentes objetivamente como resistência a uma cosmologia individualizante e interesses econômicos exploratórios.

Por um lado, são posicionamentos discursivos e práticos que defendem modos de trabalho no que se refere a todos os processos anteriores às ações dessas cozinhas. Por outro uma defesa de um modo de viver, ou seja, um modo de se relacionar com o seu bairro ou território e com a população local, como por exemplo os espaços e atividades que dão força a redes comunitárias, ou as ações culturais, educativas, de saúde e cuidado observados durante as enchentes e após elas, como a ação de dia das crianças promovida por uma cozinha que além da distribuição de lanches contou com palhaços, distribuição de brinquedos e competições entre as crianças como com brindes para os ganhadores. Para conseguirem agir multiplicam alianças e compromissos políticos. Mobilizam inclusive as tensões entre classes ao assumir alianças e compromissos objetivos com o empreendedorismo empresarial ou o voluntariado empresarial.

Durante as visitas a essas cozinhas no tempo de crise nas enchentes, porém, essas alianças e compromissos “extra” classe não impediram de escutarmos de integrantes dessas cozinhas críticas duras direcionadas a um tipo de mercantilização da filantropia, principalmente na forma como as ações solidárias estavam sendo publicizadas nas redes sociais. Porém essas alianças e compromissos são sempre instáveis dada a precariedade com que geralmente a maioria esmagadora dos parceiros dessas cozinhas estão inseridos.

Essa característica elucida um ponto importante a ser percebido. O grau de autonomia. De certa forma, em uma observação ainda pouco profunda, parece que em determinadas situações esses coletivos aceitam, a princípio de forma crítica, porém pragmática, um certo paternalismo ideológico manifestado nesse voluntariado empresarial observado nas enchentes, ou também ao pragmatismo político partidário, equacionando os interesses das cozinhas e os interesses políticos e de classe de elites políticas e econômicas locais. Essa movimentação ou estratégia dá uma dimensão dos limites da autonomia desses coletivos. Outro limite dessa autonomia é a atuação do estado como mediador necessário para impedir a desarticulação sistêmica. Se por um lado

temos políticas públicas que procuram dar condições de atuação e crescimento dessas cozinhas através de parcerias com o estado via Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), por outro temos o papel coercitivo estatal atuando nesses territórios. As políticas públicas não serão analisadas em profundidade aqui, nos basta, para nossos objetivos, os relatos coletados na extensão. Mesmo dentro da estrutura dessas políticas públicas pensadas para as cozinhas, o papel coercitivo do estado se faz presente, principalmente quando pensamos o volume de burocracia que as massas marginais (Gonzalez, 1979) são submetidas, diferente dos acordos “por cima” que relegam a outras esferas da articulação sistêmica menos burocracia para a efetividade de suas ações coletivas.

Em termos estruturais o papel do estado nos territórios onde se encontram essas populações marginais, a coerção do estado é mais aberta e visível, assim como a capacidade ou os graus de dominação de classe ficam mais evidentes, seja no papel da polícia, na precarização desses espaços públicos ou na falta de aparelhos públicos, enfim, na forma como a instância econômica é operacionalizada pelas instâncias políticas via configurações ideológicas que capturam orçamentos e definem sua orientação. Essa orientação de recursos é direcionada para onde ocorra a produção ou reprodução de mais valor excluindo essas massas marginais e por consequência seus territórios.

SUJEITO EXTENSIONISTA

A experiência extensionista no *Crise Socioclimática: Santa Maria em rede*, tanto no recorte emergencial durante as chuvas de maio quanto no momento pós crise, nos mostrou empiricamente a necessidade urgente da construção de um novo sujeito extensionista (Rovati; D’ottaviano; Britto, 2017), que esteja preparado para novas demandas da comunidade. Localizar necessidades requer novas questões que produzam novos olhares e operacionalizar demandas se torna cada vez mais difícil em um contexto de precarização da universidade pública, onde dificultasse financiamento da extensão. Além disso, verificamos que sistematizar demandas de territórios em situação de vulnerabilidade requer a libertação do modelo extrativista de extensão.

Essas três ações, localizar, operacionalizar e sistematizar demandas, cada vez mais requerem uma formação que contemple as características dos estudantes, que esteja dialeticamente aberta à comunidade, que pense, ou melhor, se repense epistemologicamente, pensando a si como produtora de conhecimento científico tanto quanto produzindo trabalho de extensão, e por que não, tem implicações no ensino.

A segunda diz respeito à reformulação do projeto, agora focado nas cozinhas solidárias, um aspecto que entendemos ser necessário um maior enfoque nas questões relacionadas à ocupação do espaço público.

Em terceiro, aspectos e desafios da interdisciplinaridade. Conseguimos ter sucesso em algumas mediações que envolvem projetos de extensão de outros departamentos. Percebemos os aspectos positivos dessas parcerias e as dificuldades de entendimento das formas organizativas distintas das ações e dispositivos deve ser mais prático.

REFERÊNCIAS

BELLO, E.; DE OLIVEIRA, F. A.; MASCARELLO, R. P. **Cozinhas Solidárias e Direito à Cidade: dos movimentos sociais à política pública, uma análise a partir da Cozinha da Lapa**, Rio de Janeiro. n. 17, 2023.

GONZALEZ, L. **Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher**. 1979.

LOSURDO, D. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. [s.l.] Boitempo, 2022.

ROVATI, C. D. J.; D'OTTAVIANO, J. R. C.; BRITTO, F. D. 6. **A Extensão Universitária na ANPUR: um primeiro ciclo**. [s.d.]. 2017

SOUZA, S. **Territorialidade e empreendimentos econômicos solidários no Norte de Minas Gerais**. [s.l.] Universidade Federal de Uberlândia, 30 jun. 2015.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

COSTA, M. D.; POMPEU, D. Crise socioclimática, ação extensionista “Santa Maria em rede” e coletivos de trabalho solidário: dois pontos de vista vistos a partir de um ponto. **Experiência. Revista Científica de Extensão**, v. 12p. e90527. 2026 DOI: 10.5902/2447115190527. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/experiencia/article/view/90527>. Acesso em: xx/xx/xxxx

EDITORA CHEFE

Cláudia Regina Ziliotto Bomfá